

Análise em 4-D: uma reflexão sobre a “autocracia burguesa” no Brasil

Leonardo Belinelli¹

 <https://orcid.org/0000-0002-4622-5366>

Resumo

O artigo discute o conceito de “autocracia burguesa” tal como elaborado por Florestan Fernandes. Tomando como referência principal A revolução burguesa no Brasil (1975), procura-se examiná-lo teórica e historicamente, como também levantar algumas hipóteses explicativas a respeito de seu abandono no debate intelectual brasileiro a partir dos anos 1990. Ademais, sugere-se como alguns de seus supostos podem colaborar para o exame da situação política contemporânea do país.

Palavras-chave: Florestan Fernandes; autocracia burguesa; pensamento político e social brasileiro.

Abstract

4-D analysis: a reflection on “bourgeois autocracy” in Brazil

The article discusses the concept of “bourgeois autocracy” as elaborated by Florestan Fernandes. Taking as a main reference A revolução burguesa no Brasil (1975), we seek to examine it theoretically and historically, as well as to raise some explanatory hypotheses regarding its abandonment in the Brazilian intellectual debate from the 1990s. Furthermore, it is suggested as some of his assumptions can collaborate to examine the contemporary political situation in the country.

Keywords: Florestan Fernandes; bourgeois autocracy; Brazilian political and social thought.

Resumen

Análisis 4-D: una reflexión sobre la “autocracia burguesa” en Brasil

El artículo discute el concepto de “autocracia burguesa” elaborado por Florestan Fernandes. Tomando como referencia principal La revolución burguesa en Brasil (1975), buscamos examinarla teórica e históricamente, así como plantear algunas hipótesis explicativas sobre su abandono en el debate

¹ Pós-doutorando no Departamento de Ciência Política da USP. Registro meu agradecimento aos comentários e sugestões de Felipe Freller, Gabriela Rosa, Lilian Sendretti e Paulo Henrique Cassimiro à primeira versão do texto. Naturalmente, eventuais imprecisões e incorreções são de exclusiva responsabilidade do autor.

intelectual brasileiro a partir de la década de los noventa a un examen de la situación política contemporánea del país.

Palabras-clave: Florestan Fernandes; autocracia burguesa; pensamiento político y social brasileiro.

Introdução

Nos últimos anos, as ciências humanas internacionais, em especial a política, passaram – passam? – por um verdadeiro *boom* de publicações sobre a “crise da democracia”. Recorrendo a noções como “fascismo”, “populismo”, “neoliberalismo”, e de perspectivas muito variadas, uma plêiade de estudiosos se propuseram a examinar diversas facetas do processo de erosão das bases sociais e institucionais do modelo democrático-representativo estabelecido ao longo do século XX. Motivos para preocupações não faltam. A ascensão da extrema-direita em diversos países da Europa, Ásia e América, com destaques para a eleição de Donald Trump em 2016 e a vitória do “Brexit” na Inglaterra, sinalizaram o surgimento de algo novo em relação ao panorama político global do pós-queda do muro de Berlim.

Com a chance real, depois confirmada, de vitória de Jair Bolsonaro na eleição presidencial de 2018, essa vasta literatura foi recebida no país. Um tanto repentinamente, acadêmicos como Steven Levitsky, Daniel Ziblatt, David Runciman, Yascha Mounk, entre outros, passaram a frequentar páginas de jornais e revistas nacionais. Diante dessa recepção, houve mesmo quem tenha sugerido, como Adam Przeworski, que “a morte da democracia virou bordão para atrair imprensa” (ALMEIDA, 2019). Mesmo que se concorde com a opinião do cientista político polonês, é preciso acentuar que, descontado o elemento midiático envolvido na incorporação dessa produção acadêmica, é muito compreensível que a eleição de Bolsonaro tenha suscitado temores nos cidadãos democratas de que algo mais estava ocorrendo. Ou dito mais claramente: não se tratava de uma eleição normal, tendo em vistas as posições assumidas e as declarações feitas pelo postulante da extrema-direita brasileira à presidência da república.

Essa onda internacional de publicações se combinou com outra, local, que já vinha mapeando o surgimento do que se convencionou chamar “nova direita” desde os protestos de junho de 2013. Também muito diversificados, tanto metodológica como

tematicamente, os trabalhos sobre a nova direita brasileira² se disseminaram entre pesquisadores e fortaleceram sua presença na agenda de pesquisa das ciências sociais especialmente depois do golpe parlamentar de 2016 contra a presidente Dilma Rousseff e, em seguida, no bojo da eleição que levou Bolsonaro à chefia do Executivo nacional.

Essas duas “ondas” de estudos e pesquisas se “encontraram” no momento em que o processo eleitoral de 2018 ocorria. Entre elas, houve trabalhos que retomaram algumas questões, problemas e hipóteses formuladas pelos chamados “clássicos” do pensamento político e social brasileiro como ponto de partida para pensar a situação política em que o país ingressava. Esses foram os casos, por exemplo, de André Singer (2018), Leonardo Avritzer (2019) e Lilia Schwarcz (2019). Cada um a seu modo, esses cientistas sociais voltaram suas atenções para autores como Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr, a partir dos quais examinaram as raízes sociais e as formas de manifestação do autoritarismo brasileiro.

É nessa linha que se situa a contribuição a seguir. A proposta do artigo é examinar o conceito de “autocracia burguesa”, tal como formulada por Florestan Fernandes em *A revolução burguesa no Brasil* (1975). A empreitada é justificada pela percepção de que a categoria formulada pelo sociólogo paulista modula, com forte dose de especificidade analítica, um tema recorrente na reflexão brasileira e largamente presente no contexto político atual: a forma como a “ordem” condiciona, e por vezes aprisiona, o “progresso”.

Na primeira parte do texto, examino brevemente, em plano teórico, o conceito de “autocracia burguesa” para, em seguida, expor em linhas gerais como Florestan Fernandes formulou sua compreensão sobre o processo histórico que a estabeleceu no Brasil. Na terceira seção, destaco três elementos presentes na reflexão do sociólogo que, a meu ver, podem ser incorporados com proveito analítico por reflexões que tematizam o contexto político brasileiro atual. Por fim, o texto é concluído com reflexões sobre o potencial heurístico de uma certa tradição do pensamento político e social brasileiro.

² Uma iniciativa pré-2016 que reuniu diversos ângulos de análise que posteriormente seriam desdobrados pela literatura é a coletânea organizada por Sebastião Velasco e Cruz, André Kaysel e Gustavo Codas (2015).

1. O conceito da autocracia burguesa: teoria e história

Por onde começar o exame do conceito de “autocracia burguesa”? Um caminho é examinar a própria expressão. A composição de “auto” e “cracia” (metamorfose do grego *kratos*, “poder”) sugere uma forma de dominação autorreferente, que se funda sobre si mesma. Se é assim, podemos indicar provisoriamente que aquela tensão entre o exercício do poder político e o seu limite – tematizada, por exemplo, por Max Weber em suas reflexões sobre a legitimidade – se desfaz. Em outras palavras: se, usualmente, a legitimidade se refere, ao mesmo tempo, à fundação e à forma como ela limita o poder, estamos aqui num caso particular, uma vez que a fronteira entre os dois é borrada. A consequência é clara, como bem assinalou Gabriel Cohn: “a autocracia tem esse problema: não tem limites” (RICUPERO e BELINELLI, 2019, p. 369). O adjetivo “burguesa”, claro, revela de que tipo de dominação está-se tratando: uma dominação de classe. No caso, portanto, uma dominação de classe sem limites.

A formulação poderia nos levar longe. Por ora, caberia indagar: por que “autocracia” e não “autoritarismo”? Para Florestan Fernandes, este último conceito seria “logicamente ambíguo e plurívoco (Max Weber o chamaria de ‘amorfo’). O que ele tem de pior é uma espécie de perversão lógica, pois está vinculado ao ataque liberal aos ‘abusos de poder’ *do Estado* e à crítica neokantiana da ‘exorbitância da autoridade’.” (FERNANDES, 2019, p. 39 – grifo nosso). Claro que flagramos aí a polêmica que Fernandes estabelecia com aqueles que, na esteira de Juan Linz (1979) e Guillermo O’Donnell (1979), entendiam o regime militar como “autoritário” – entre os quais Fernando Henrique Cardoso, seu ex-aluno (CARDOSO, 1975). Como não é nosso objetivo destacar as polêmicas intelectuais e políticas daquele contexto, reservemos o assunto para outra reflexão. Nesta, trata-se de assinalar que estamos diante de conceitos com profundidades analíticas diferentes, uma vez que “autocracia” se refere a uma forma de regime – que, como veremos logo a seguir, não se restringe ao âmbito institucional –, enquanto o autoritarismo designaria uma *forma de exercício do poder pelo Estado*. Ou seja: “autoritarismo”, na acepção corrente, poria o foco na contraposição entre Estado e sociedade, supondo, na sua própria estruturação interna, que o problema a ser

equacionado para a instauração de uma ordem democrática é a forma de agência do primeiro sobre o segundo. Com sua invenção categorial, Florestan inverte o problema: interessa-lhe pensar *que tipo de formação social estrutura o regime político e social* autocrático burguês, recusando-se a cindir Estado e sociedade. Tal orientação, no entanto, não faz com que retorne ao conceito de “totalitarismo”, reservado para experiências históricas muito bem definidas. O que está em jogo aqui não é o processo político pelo qual se fundem Estado e sociedade (como no caso do totalitarismo) mas a orientação metodológica que permite analisar os dois planos em conexão.

Ou seja: por essa via, Florestan Fernandes incide em um clássico debate da teoria política contemporânea: a que contrapõe o poder exercido “de baixo para cima” (democracia) ao “poder exercido de cima para baixo” (autocracia) (BOBBIO, 2009, p. 139). Porém, não o faz por meio da análise apenas da forma como a qual o poder político é exercido no âmbito institucional. Interessa-lhe examinar o conteúdo social incorporado nessa forma, o que remete a análise para o legado cognitivo da teoria social. Em *O que é revolução?* (1981), uma das obras em que dá continuidade à reflexão iniciada no final dos anos 1960 e que atinge maturidade em *A revolução burguesa no Brasil*, Florestan Fernandes assinala como o problema estaria ligado à forma (estrutura e dinâmica) da sociedade capitalista.

A estrutura de classes da sociedade capitalista delimita a natureza do *drama burguês*: o raio de revolução histórico da burguesia é fechado e estreito, esgotando-se rapidamente ao longo da conquista e da consolidação do poder. Tomando-se como paralelo a França, tem-se aproximadamente um século entre o paroxismo revolucionário da burguesia ascendente e a fúria reacionária do *terror burguês*. Entre a convocação dos Estados Gerais e o esmagamento da Comuna de Paris esgota-se um raio de revolução que era determinado, fundamentalmente, pela posição de classe da burguesia: esta tinha de optar entre uma utopia revolucionária largamente extracapitalista, em suas origens históricas, e os ditames egoísticos da “consciência burguesa”, regulados pela reprodução ampliada do capital e pela necessidade de impedir que a revolução oscilasse definitivamente para as mãos do proletariado. Apreciando-se as coisas desse ângulo, o milagre capitalista não aparece na ascensão da burguesia à hegemonia social de classe e à conquista do poder político, mas no fato histórico muito mais complexo e importante que mostra como uma burguesia crescentemente conservadora e reacionária foi capaz de fomentar sucessivas revoluções técnicas, dentro e através do capitalismo, inclusive absorvendo, filtrando e satisfazendo parcialmente pressões especificamente anarquistas, sindicalistas e socialistas das massas operárias, pelas quais se alargou e se modificou a democracia burguesa. (FERNANDES, 2019a, p. 23-4, grifos do original)

Assim:

Esse é o protótipo que se generaliza e que confere à dominação burguesa sua realidade política. A sua face oculta mais profunda iria aparecer mais tarde, através do fascismo, da "democracia forte" e da autocracia burguesa e se disseminaria com enorme intensidade na periferia do mundo capitalista. (FERNANDES, 2019a, p. 25)

Naturalmente, a questão suscitada imediatamente se relaciona ao processo social que deu origem à autocracia burguesa no Brasil. Por essa via, entramos na problemática da "revolução burguesa" no Brasil.

Começamos pelo destaque de que a própria forma de conexão entre Estado e sociedade sugerida pela formulação de Florestan Fernandes toma como referência, em sentido diferencial, a discussão no período pré-1964 acerca da teoria, esposada pelo Partido Comunista do Brasil (depois Partido Comunista Brasileiro), do "modelo democrático-burguês" de revolução burguesa. Explica-se: desde a "Declaração de março de 1958, aprovada pelo Comitê Central do PCB, o partido entendia que a revolução socialista brasileira se daria por meio das realizações duas etapas. A primeira etapa da revolução seria "nacional e democrática, de conteúdo anti-imperialista e antifeudal." (GORENDER, 2014, p. 34). Para concretizá-la, seria preciso a união de forças entre proletariado, camponeses, pequena burguesia e burguesia nacional contra o imperialismo. Apenas depois dela passaríamos ao estágio de maturação exigido por uma revolução de caráter socialista. Em suma:

"A Declaração de Março reconheceu o desenvolvimento capitalista já em efetivação, o que até então o PCB se obstinava em negar. Só que o desenvolvimento capitalista ainda não se completara, nem amadurecera para a revolução socialista. A tarefa dos comunistas devia ser a de lutar pelas reformas de estrutura a fim de que o desenvolvimento capitalista viesse a tomar um curso que o aproximaria da revolução nacional e democrática." (GORENDER, 2014, p. 34)

Essa concepção teórica do PCB foi largamente influente na intelectualidade brasileira, gerando uma enxurrada de publicações favoráveis e contrárias (PERICÁS, 2019). À guisa de alguns exemplos, caberia recordar que, em janeiro de 1962, Celso Furtado, em palestra pública, reconhecia a influência do marxismo do PCB sobre a

juventude brasileira e procurava advertir sobre os riscos e as inadequações teóricas e políticas do programa (FURTADO, 1962); por sua vez, Caio Prado Júnior, militante heterodoxo do partido, “acertou suas contas” com o programa depois do golpe de 1964 com a publicação de *A revolução brasileira* (1966) (PRADO JR., 2014). Na sociologia acadêmica da Universidade de São Paulo, o debate fora colocado no centro das preocupações teóricas de intelectuais como Fernando Henrique Cardoso (1972) e Octavio Ianni (1965), àquela altura membros do Centro de Sociologia Industria e do Trabalho (CESIT), centro de pesquisas associado à Cadeira de Sociologia I então regida por Florestan Fernandes, e membros do Seminário Marx (BELINELLI, 2019).

Depois de cassado em 1969, e especialmente em *A revolução burguesa no Brasil* (1975), Florestan Fernandes recupera as questões levantadas por essa literatura, então marginalizada por parte significativa dos intelectuais e políticos em razão do assim chamado “processo de abertura” iniciado por Ernesto Geisel em 1974. Como ele mesmo esclarece: “O que havia ocorrido é que os ‘círculos acadêmicos’ abandonaram o uso do conceito de dominação burguesa, a teoria de classes e, especialmente, a aplicação da noção de revolução burguesa à etapa da transição para o capital industrial nas nações capitalistas da periferia.” (FERNANDES, 1978, p. 203).

2. O geral e o particular: o problema da revolução burguesa no Brasil

Dito isso, passemos ao exame da perspectiva de Florestan. Uma maneira de iniciá-la é, claro, retomando o título *A revolução burguesa no Brasil*. À primeira vista, o título parece não oferecer grande dificuldade de compreensão, embora se pudesse perguntar por que não *A revolução burguesa brasileira ...?* Razões de sonoridade do título ou de gosto? Talvez. Mas é possível que haja mais do que apenas uma preferência estética. Gabriel Cohn coloca a questão argutamente: “é preciso ir longe no texto para perceber onde está a ênfase da análise: se é na ‘revolução burguesa’ ou no ‘Brasil’. Vale dizer, se é no fenômeno mais geral ou no seu contexto particular. Ou, visto por outro lado: o foco do estudo é a revolução burguesa, e o capitalismo moderno do qual ela é inseparável, ou é o Brasil?” (COHN, 1999, p. 395)

Já aqui se revela um traço do raciocínio de Florestan Fernandes: a tensão constitutiva – tanto do seu pensamento como do seu objeto – entre o “geral” e o “particular”. Ao esclarecer o ângulo pelo qual apanha seu objeto de reflexão, ele mesmo indica que: “Trata-se [...] de determinar como se processou a absorção de um padrão estrutural e dinâmico de organização da economia, da sociedade e da cultura. [...]” (FERNANDES, 2005, p. 37). Ao indicar que o Brasil incorporou, à sua maneira, o “padrão estrutural e dinâmica de organização da economia, da sociedade e da cultura” capitalista, Fernandes sustenta que o país acabou reproduzindo “de forma peculiar o seu passado recente” – aliás, responsável pelo “processo de implantação e desenvolvimento da civilização ocidental moderna no Brasil.” (FERNANDES, 2005, p. 37). Ou seja, trata-se de compreender *as especificidades da forma* no Brasil do processo *global* de formação da sociedade capitalista moderna.

Desse ponto de vista, não surpreende que ele dê grande ênfase à dimensão *diferencial* da análise. Sem deixar de recorrer a outras formas de uso da sociologia, o autor, especialmente na terceira parte de *A revolução burguesa no Brasil*, vale-se do que ele próprio havia designado como “sociologia diferencial”, subdisciplina que “procura explicar a ordem existente nas relações dos fenômenos sociais através de condições, fatores e efeitos que operam em um campo histórico.” (FERNANDES, 1971, p. 27). Tratar-se-ia, pois, de um ramo disciplinar que “não lida com ocorrências ordenadas no tempo, mas com *leis* que explicam a ordenação de tais ocorrências.” (FERNANDES, 1971, p. 27 – grifo do original).

Cabe chamar aprofundarmos o raciocínio sobre as noções de “revolução burguesa” e “burguês” com as quais Florestan Fernandes trabalha. Em uma primeira visada, claro, o conceito remete a um processo histórico liderado por uma classe – a burguesia. Desse ponto de vista, supõe-se uma identidade entre agente (burguesia) e processo social em exame (revolução burguesa). Porém, como destacou Maria Arminda do Nascimento Arruda (1996), Florestan percebe, no Brasil, um descompasso entre as duas instâncias. Essa tensão própria ao objeto do livro ajuda a explicar o motivo pelo qual Fernandes inicia seu livro pelo que designa “nossa maneira de ver as coisas” (FERNANDES, 2005, p. 29) – ou seja, por meio de uma rotação de perspectiva

metodológica que inclui a reelaboração do próprio conceito de revolução burguesa, bem como a respeito da classe que lhe empresta nome.

No que se refere à revolução burguesa, Florestan a entende como o *processo* – não como evento- “de absorção de um padrão estrutural e dinâmico de organização da economia, da sociedade e da cultura” articulado à “universalização do trabalho assalariado” e à “expansão da ordem social competitiva” (FERNANDES, 2005, p. 37). É nesse sentido que o autor destaca que não temos o passado da Europa, “mas reproduzimos de forma peculiar o seu passado recente, pois este era parte do próprio processo de implantação e desenvolvimento da civilização ocidental moderna no Brasil.” (FERNANDES, 2005, p. 37). Há, pois, uma espécie de *repetição na diferença* que culminará em uma *diferença na repetição*, a autocracia burguesa no lugar da democracia burguesa - dimensão que empresta particularidade ao processo examinado.

Muito bem: as duas facetas em exame (o processo da revolução burguesa e a sua consolidação autocrática) guardam, como não poderia deixar de ser, íntimo vínculo com a noção de burguesia. É nesse ponto que o problema da peculiaridade nacional ganha contorno mais forte, uma vez que não havia “burgo” nem “feudalismo” no Brasil – ao contrário do que supunha o PCB, como vimos. O motivo pelo qual optou-se por designar o agente do processo de “burguês” ficou claro pelo trecho que citamos no parágrafo anterior. O problema aqui é outro: *como* designar o “burguês” no Brasil se ele difere tanto da figura histórica na qual a categoria se inspira?

A questão só pode ser adequadamente respondida se tivermos em mente a forma na qual o capitalismo foi introduzido no Brasil – assunto, por sua vez, que remete de modo direto à colonização responsável pela criação de imensos latifúndios monocultores assentados sobre mão-de-obra escravizada com vistas ao suprimento da demanda europeia por produtos primários tropicais. Nesse processo, diversos fatores se aliaram: a baixa retenção monetária interna em comparação com a retida pelos setores financiadores externos, o estatuto colonial e o próprio “espírito” aristocrático-militar que grassava entre os senhores de terras, que não se viam como agentes capitalistas. É esse o ponto de partida da revolução burguesa no Brasil.

A Independência é tomada como uma revolução em sentido preciso: não porque tenha sido um movimento popular, mas porque alterou de forma profunda o modo

como o país se inseria na dinâmica internacional. De colônia completamente heterônoma passou, a partir de 1822, o país passou a desfrutar de autonomia política, condição de possibilidade do surgimento de uma sociedade *nacional*. Por outro lado, no entanto, a elite nativa que liderou a conquista dessa nova condição não estava interessada na mudança da estrutura social herdada; ao contrário, visava garantir a sua completa dominação sobre ela. Surgiria daí uma espécie de dialética política segundo a qual a tentativa da aristocracia local em reforçar o seu domínio tinha como consequência uma profunda mudança, uma vez que o estatuto colonial era suprimido. Resultado: a estrutura jurídico-política da colônia desapareceu, ao mesmo tempo em que suas bases materiais, sociais e morais foram mantidas – isto é, o latifúndio, a escravidão e a orientação exportadora. Seriam elas que “iria[m] perpetuar-se e servir de suporte à construção de uma sociedade nacional.” (FERNANDES, 2005, p. 51). Porém, Fernandes não esgota sua análise nessa constatação. Em verdade, ela seria uma espécie de novo ponto de partida porque, para ele, embora o elemento conservador tenha preponderado no processo político imediato da Independência, “o elemento revolucionário era o componente verdadeiramente dinâmico e propulsor.” (FERNANDES, 2005, p. 51).

É justamente na direção revolucionária que atuará a disseminação da mentalidade capitalista no Brasil. Ao mesmo tempo, é nesse momento que se estabelece a dependência do país. Segundo Florestan, em um raciocínio bastante próximo do desenvolvido por Caio Prado Jr (2011), “a estrutura de mercado que possuía duas dimensões - uma estruturalmente heteronômica; outra, com tendências dinâmicas autonômicas ainda em via de integração estrutural. Por causa dessa dupla polarização, a esse capitalismo se poderia aplicar a noção de ‘*capitalismo dependente*’.” (PRADO JR, 2011, p. 113 – grifo nosso)³. É sob a égide dessa forma dependente que o país se

³ Como observa Antonio Brasil Jr (2017), a incorporação do conceito de “dependência” por Florestan Fernandes implicou uma profunda mudança na maneira como a qual o sociólogo articulava diversas facetas dos processos sociais examinados. Cabe salientar a principal mudança, que incidirá sobre outras: a “dependência” permitiu ao sociólogo alterar as lentes que antes percebiam “irracionalidades” na estrutura e na dinâmica social brasileira para outras, agora dedicadas ao exame da racionalidade específica do “capitalismo dependente”. A esse respeito, o próprio Florestan indicou que “[...] devo

modernizará econômica e culturalmente. Noutros termos, é sob o seu signo que se estabelecerá o “espírito burguês” no Brasil, especialmente incorporados por dois agentes humanos: o cafeicultor e o imigrante. De passagem, observe-se que o “trajeto” de cada um desses agentes em direção ao espírito capitalista é distinto. Se o cafeicultor é uma “variante típica do antigo senhor rural” – e, nesse sentido, aburguesou-se, embora não completamente – o imigrante, ao contrário, à medida que conquistava riquezas de modo capitalista, aderiu aos valores e práticas senhoriais. “Assim, os dois polos opostos da sociedade se tocavam e se fundiam nos planos mais profundos de transformação da ordem econômica, social e política.” (PRADO JR, 2011, p. 128 – grifo nosso)

Outro aspecto marcante dessa forma dependente de modernização reside no fato de que, nela, o capitalismo precede a ordem social competitiva – o que se explica pela prevalência da escravidão e de valores estamentais, ambos avessos à dimensão competitiva da ordem social classista. Este ponto já revela aspecto essencial do raciocínio de Fernandes, uma vez que, nessas condições, não há condições sociais para disputa. A esse respeito, é útil lembrar que, segundo Max Weber (1979), o estamento é uma comunidade, enquanto a classe, não. Se estamos falando de uma burguesia aristocratizada, percebemos que se trata de uma classe que funda suas práticas de dominação em supostos “fechados” e não “abertos”

Vejamos um exemplo do que se está indicando:

“Em uma sociedade organizada em castas e estamentos, que conseguia preservar ou fortalecer seu padrão de equilíbrio e de desenvolvimento, os focos de tensão social *mais importantes para a continuidade da ordem estabelecida localizavam-se nas posições dos estratos sociais privilegiados e dominantes*. Esses estratos dispunham de meios para fazer história e para alterar “o rumo normal das coisas”. Essa regra se aplicava especialmente à aristocracia agrária e nos ajuda a compreender *como foi esta que gerou, pelas tensões insolúveis da estrutura interna do “mundo dos privilegiados” e através do destino social do senhor — e não do escravo, do liberto ou do homem livre dependente —, os germes da desagregação e da destruição da ordem social escravocrata e senhorial.*” (PRADO JR, 2011, p. 183-4, grifos nossos)

confessar que me foi muito útil a primeira formulação da teoria da dependência, elaborada por Fernando Henrique [Cardoso] em 1965, e que chegou às minhas mãos em 1966.” (FERNANDES, 1978, p.27)

O trecho revela também a tensão que o sociólogo percebe no exercício da dominação das elites do país, que se veem forçadas a modernizá-la ao mesmo tempo em que buscam mantê-la. Essa tensão se manifesta, igualmente, no apoio que emprestam à modernização capitalista dependente do país. Daí que o autor classifique o processo de crescimento econômico do Brasil no século XIX como "neocolonial", cenário se tornaria ainda mais complexo com o ingresso do país na fase monopolista do capitalismo. Na periferia do capitalismo, o resultado é o agravamento da combinação entre a "força selvagem" e a "debilidade crônica" da burguesia, resultado da sua falta em romper com o passado, como veremos (FERNANDES, 2015, p. 237-8).

A consolidação da dominação burguesa no Brasil ocorre durante a Primeira República *sob a hegemonia da oligarquia*. Dois fatores, em especial, explicariam esse andamento histórico: o fim do trabalho escravo, que impôs a necessidade de reorganização às oligarquias locais, e a fragilidade da burguesia brasileira, extremamente concentrada em São Paulo e Rio de Janeiro. Desse cenário histórico, emergiu o que o autor designa como "*consolidação conservadora* da dominação burguesa no Brasil." (FERNANDES, 2015, p. 245 – grifo do original). Para Fernandes, as "tendências autocráticas e reacionárias" no seu "estilo de atuação histórica" se deveriam ao lugar que as oligarquias (velhas e novas) tiveram no processo que instituiu a dominação burguesa no Brasil, uma vez que tais grupos "converteram a burguesia em uma força social naturalmente ultraconservadora e reacionária." (FERNANDES, 2015, p. 250). A fragilidade da burguesia, no entanto, também é fator explicativo da sua falta de ambição histórica, uma vez que, incapaz de dirigir o curso do desenvolvimento nacional, optava por compor seus interesses aos das oligarquias e dos setores internacionais – o que não a impediria de se valer dos "tempos desiguais e da heterogeneidade da sociedade brasileira, mobilizando as vantagens que decorriam tanto do 'atraso' quando do 'adiantamento' das populações." (FERNANDES, 2015, p. 241).

Em parte, argumenta Fernandes, isso derivava, como vimos, do próprio fato de que a burguesia brasileira provinha das classes senhoriais, razão pela qual possuía um horizonte cultural similar à aristocracia local. Por isso, a "revolução [burguesa no Brasil] era demasiado complicada e difícil, não por causa do elemento oligárquico em si mesmo,

mas porque era preciso extrair o ethos burguês do cosmos patrimonialista em que ele fora inserido, graças a quase quatro séculos de tradição escravista e de um tosco capitalismo comercial.” (FERNANDES, 2015, p. 363). Em plano externo, a orientação neocolonial da economia do país continuou a vigorar, do que derivou o aprofundamento de valores, técnicas e instituições correspondentes à ordem social competitiva. A convergência entre interesses externos e das elites locais conferiu estabilidade econômica e política à dominação burguesa. Somados os fatores, o resultado, como se sabe, foi a instalação de um regime republicano oligarquizado.

Apesar disso, a situação dependente do país imporia dificuldades ao seu próprio processo de modernização – chave, como vimos na citação feita de *O que é revolução?*, para uma remodelação das relações sociais capaz de estabilizar a dominação capitalista. Por quê? Porque haveria uma “apropriação dual do excedente econômico” por parte das burguesias internacionais e nacional. Essa exploração radical dificulta o “desenvolvimento capitalista” periférico, pois há menor renda a ser reinvestida para sua dinamização. Atrase-se, assim, a própria revolução burguesa, do que decorreria a profunda concentração de riqueza aliada à sobrevivência de formas pré (ou sub) capitalistas de trabalho. Consequência: a dominação burguesa se tornaria progressivamente mais difícil, porque mais “sobrecarregada”. Sua dificuldade crescente somada à “debilidade” da burguesia, na acepção que vimos, resultam no estreitamento da margem de dominação. “Sob esse aspecto, o capitalismo dependente e subdesenvolvido é um *capitalismo selvagem e difícil*, cuja viabilidade se decide, com frequência, *por meios políticos e no terreno político.*” (FERNANDES, 2015, p. 341 – grifo nosso). Por esse motivo, aliás, seria comum que as burguesias periféricas ganhassem apoio das burguesias hegemônicas, interessadas na manutenção dessa situação. Esse cenário dificultoso modifica o problema político enfrentado pela burguesia local. Isto é, ela estaria posta diante do “problema da ordem” e não do “problema da democracia”, como sua congênere europeia – problema, aliás, revelador de que, em termos amplos, a “Revolução Burguesa na periferia é, por excelência, um fenômeno essencialmente político, de criação, consolidação e preservação de estruturas de poder predominantemente políticas, submetidas ao controle da burguesia ou por ela controláveis em quaisquer circunstâncias.” (FERNANDES, 2015, p. 343- grifo nosso).

Essas condições propiciaram o surgimento de um poder que só poderia ser utilizado "a partir de cima e de dentro" (conflitos entre facções da classe dominante, às quais os setores médios podiam se unir por diferentes motivos) ou por via da "oposição consentida", o que tornava tais oposições "débeis e corruptas (ou corruptíveis)" (FERNANDES, 2015, p. 249). Surge, assim, a autocracia burguesa, interpretada como a "oligarquia coletiva das classes possuidoras" (FERNANDES, 2015, p. 387), criando uma espécie de "circuito fechado" em que o poder político era realmente exercido. Processo, pois, muito diferente do modelo democrático burguês da revolução burguesa clássica, instauradora de uma democracia representativa de bases *ampliadas*, que viria a resultar no que o sociólogo chamaria de "democracia forte". Na condição periférica, a revolução burguesa se concretizaria por meio de uma "contrarrevolução prolongada" (FERNANDES, 2015, p. 361). A situação se agravaria com o ingresso tardio do país na era do capitalismo monopolista, ocorrida por volta de 1950.

Quando escreveu *A revolução burguesa no Brasil*, Florestan Fernandes não apostava na estabilidade da dominação burguesa local porque, como vimos, esta se depararia com dificuldades crescentes, das quais decorreriam o seu estilo agressivo e autoritário. Fiel ao seu diagnóstico, depois da publicação do livro, Florestan dedicou-se, por um lado, a ampliar as bases teóricas e históricas do seu diagnóstico e, por outro, ingressou na arena pública brasileira como representante da ala esquerda das forças democráticas que se colocavam contra o regime militar. É com esse espírito que, em 11 de junho de 1986, lançou a seguinte advertência aos constituintes: "Se [as várias correntes de esquerda] ficarem 'atreladas' aos interesses e à dominação de classe da 'burguesia nacional', acabam fazendo parte da 'cauda política' dessa burguesia e realizando seu jogo de usurpação do poder constitucional [...]." (FERNANDES, 2007, p. 30).

3. Da inatualidade à atualidade do conceito de autocracia burguesa

Explicitada a interpretação do conceito, poderíamos nos dirigir imediatamente à discussão sobre sua atualidade. Algo, no entanto, se perderia nessa passagem abrupta. Afinal de contas, a questão sobre a atualidade da elaboração de Florestan Fernandes

não implica pensar a razão pela qual ela foi tida, no último período republicano, como inatural? Uma resposta completa demandaria pesquisa e reflexões longas e matizadas, especialmente porque envolveria diversos fatores. Alguns aspectos, no entanto, podem ser elencados à guisa de hipóteses. Sugere-se duas.

O primeiro, claro, tem a ver com o próprio ceticismo de Florestan Fernandes a respeito do processo de transição democrática (FERNANDES, 2007). Enquanto suas constantes advertências públicas sobre a dimensão conciliadora do processo granjearam-lhe um reconhecimento público no que diz respeito à dimensão ética de seu pensamento e agir políticos, elas próprias parecem ter sido responsáveis por afastarem intelectuais e políticos de suas formulações (ou, ao contrário, Fernandes desses intelectuais e políticos). Em um processo tido por muitos como delicado e marcado pela “migração das aves de arribação intelectuais para o poder, [para] os aparelhos de Estado” (OLIVEIRA, 1985), a orientação crítica parece ter perdido espaço em favor do pragmatismo político, preocupado com a construção institucional da Nova República.

Poder-se-ia dizer que o próprio Florestan Fernandes “arribou” para o poder, quando elegeu-se deputado constituinte. Esse ângulo, no entanto, é por demais formalista porque perderia de vista o essencial: a participação política de Florestan Fernandes foi marcada por uma espécie de marginalização decorrida da radicalidade de sua postura política. Essa situação pode ser bem percebida tanto nas polêmicas que estabelecia com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), partido líder da transição democrática e ao qual pertenciam, por exemplo, Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso, como também nas constantes advertências que fazia ao Partido dos Trabalhadores (PT), ao qual pertencia, a respeito da importância de se organizar em torno de um programa político abertamente socialista (FERNANDES, 2006).

Essa preocupação política nos conduz à segunda hipótese: o processo de transição “moderado”, aliado à baixa geral do marxismo nos planos político e intelectual dos anos 1980 e 1990, corresponde justamente ao avesso da trajetória de Florestan Fernandes, crescentemente próximo da tradição marxista. Dito isso, no entanto, valeria a pena distinguir os fatores. Se o horizonte político socialista saía de cena com o fim da União Soviética, outros fatores dizem respeito à forma como a qual a visada macrossociológica representada por Fernandes foi tratada por intelectuais naquele

período. Sumariamente: no plano lógico, não há vínculo direto entre o fim do horizonte político almejado pelo autor e a suposta inadequação de seu trabalho teórico. Apesar disso, sabemos que “o bebê foi jogado com a água do banho”, como se diz. Escrevendo em 1979, Jean-François Lyotard afirmou que “o grande relato perdeu sua credibilidade, seja qual for o modo de unificação que lhe é conferido: relato especulativo, relato de emancipação.” (LYOTARD, 2009, p. 69). A observação de Lyotard se combina bem com o argumento de Pierre Rosanvallon (2010), segundo quem as ciências sociais entraram em crise nos anos 1980, abrindo espaço para abordagens filosóficas – e, acrescentemos nós, econômicas – das questões sociais. Se Lyotard e Rosanvallon estiverem corretos, *A revolução burguesa no Brasil* já nascia em vias de se tornar extemporâneo⁴. O mesmo, por suposto, vale para a orientação valorativa-política que lhe emprestava ânimo.

Se tomarmos junho de 2016 como uma referência crítica, dado o golpe parlamentar⁵ ocorrido contra Dilma Rousseff, estamos vivendo outro período histórico, uma espécie de “pós -pós-redemocratização”. Sem dúvida, essa impressão possui um elemento de verdade; basta confrontar o que vivemos atualmente com o período imediatamente anterior. Porém, se a adotarmos acriticamente, seríamos levados a reificar as relações entre passado e presente, como se o que aconteceu no Brasil (e no mundo) fosse um “raio em céu azul”. Para evitar esse erro metodológico e político, conviria indagar: como aquele momento de “construção institucional” da democracia brasileira regrediu a ponto de chegar ao que vivemos? E, claro, dado os nossos objetivos, caberia completar a pergunta com outra: como o conceito de “autocracia burguesa” nos ajuda a compreender essa regressão? Não tenho condições de responder a ambas as questões de forma completa. Como salientou-se no início do texto, o objetivo é oferecer elementos para reflexão. Mais precisamente, quero destacar três dimensões.

⁴ O próprio Florestan Fernandes era consciente disso. Referindo-se ao debate sobre o “fim das classes sociais”, em intervenção feita em 1971, posiciona-se explicitamente contra a perspectiva predominante ao sugerir a necessidade de se retomar, de modo adaptado, as “categorias de pensamento e de explicação construídas através da sociológica clássica.” (FERNANDES, 1972, p.34)

⁵ Para a noção, ver SANTOS (2017), SINGER (2018) e AVRITZER (2019).

Começamos pelo principal ator do drama da revolução burguesa no Brasil, a burguesia. Diversos autores (SINGER, 2018; BOITO JR., 2018; CARVALHO, 2018) destacaram a importância, em geral, e os sentidos, em particular, das relações entre os governos petistas e a burguesia brasileira para a consolidação do “lulismo”. Havia nesses governos a expectativa de que, a partir de relativo acordo entre trabalhadores e burguesia – basta aqui lembrar o papel da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) naquela altura, tematizado pelos autores citados acima –, o processo de industrialização brasileira fosse retomado em conjugação com a democratização social do país. Em contexto mudado e com outras possibilidades, o raciocínio não diferia muito daquele que orientou parte substantiva da inteligência nacionalista dos anos 1960 no Brasil. Nesse panorama, não surpreende que uma das questões colocadas pelos estudiosos do tema tenha sido, afinal de contas, “por que, durante a crise política de 2015-2016, a presidenta Dilma Rousseff foi abandonada por setores sociais que, até então, vinham se beneficiando com as políticas implementadas por seu governo?” (BOITO JR, 2017)

Diversas pesquisas foram feitas sobre o assunto. Não se trata nem de resenhá-las, nem, pelo contrário, de desconsiderá-las por meio da sugestão de que a obra de Florestan Fernandes como que “antecipava” a resposta para a pergunta que visavam responder. O que se pretende sugerir é que a formulação sobre a “autocracia burguesa” no Brasil permite ultrapassar a dimensão conjuntural eventualmente contida em respostas para a indagação. A esse respeito, um primeiro elemento a ser destacado é a relação entre a origem e a forma da própria classe burguesa no país. Florestan Fernandes chama atenção para sua especificidade, em boa medida decorrente dos seus vínculos internos (com o “atraso”) e externos (com o capital internacional).

É claro que as classes tradicionais da parcela rural do Brasil se modificaram substancialmente, bem como a dinâmica capitalista internacional. A esse respeito, é suficiente recordar os papéis destacados do *agrobusiness* e a financeirização na economia e na política brasileira. Se esses processos enfraqueceram a fração nacional da burguesia – que já era incapaz de promover uma dominação burguesa aos moldes democráticos, como Fernandes mostrou em *A revolução burguesa no Brasil* –, a hipótese teórica e política poderia ter sido invertida. Ou seja, seria fortemente improvável que

essa classe fosse capaz, ou interessada, em participar de um eventual processo de democratização da vida social brasileira – ainda que isso não implicasse uma completa desconexão de interesses entre ela e o partido no poder. Conectando passado e presente do país à luz das contribuições de Florestan Fernandes, Gabriel Cohn indica:

A burguesia brasileira sempre tendeu a agir, pontualmente, para atender aos seus interesses imediatos [...]. Talvez parte dessa característica deriva do fato de que ela podia agir assim, constituindo uma espécie de burguesia oportunista, porque essa sociedade ainda fluída, oferecia condições para quem estava em posição mais vantajosa agir. (RICUPERO; BELINELLI, 2010, p. 365-6)

O ponto observado por Cohn nos permite passar ao segundo elemento do qual trataremos. A dimensão “oportunista” dessa burguesia não se restringe ao plano meramente econômico; ou melhor, ao fazê-lo, abrange as esferas do social e do político – tanto pela reiteração de uma organização econômica que espolia contínua e estruturalmente os mais pobres, como pelas periódicas reorganizações políticas que excluem ou marginalizam o “campo popular” (SINGER, 2018) do jogo político. Nesse ponto, a formulação teórica de Florestan Fernandes a respeito da “autocracia burguesa” parece especialmente interessante na medida em que permite escapar da oposição entre “democracia consolidada” e “autoritarismo”. Ao colocar em pauta os vínculos que emprestam *forma* à relação entre sociedade e política, as contribuições do sociólogo nos permitem tematizar as formas da dominação social e política no país.

Nesse sentido, ela pode ser especialmente produtiva para examinar o contexto em que vivemos, no qual parece não haver clareza entre intelectuais e políticos sobre o *status* do regime político sob o qual nos organizamos enquanto sociedade. Vivemos numa democracia ou não? Embora tenham ocorrido eleições em 2018 e 2020 e tenha sido satisfeita a condição mínima teorizada, por exemplo, por Joseph Schumpeter (2019) – isto é, aqueles que hoje exercem o poder foram eleitos em disputas legitimadas –, é difícil escapar da sensação de que isso não é suficiente, mesmo que importantes atores do sistema político brasileiro, como José Sarney e Carlos Ayres Britto, insistam na tese da consolidação da democracia brasileira após o golpe de 2016 (ZANINI, 2020 e CNN, 2020).

Nesse plano, Florestan Fernandes nos ajuda a pensar para além de um conceito meramente formal de democracia. Embora em sua obra não haja uma teoria democrática, pelo menos na acepção em que teóricos políticos contemporâneos costumam usar o termo, sua interpretação a respeito do processo de formação da sociedade de classes no Brasil ilumina como este ocorreu por meio da instauração de um tal desequilíbrio de forças que obstaculizou o desenvolvimento paritário entre os grupos sociais.

Por fim, sugere-se a atualidade sobre a *forma como a qual* esse processo é interpretado por Florestan Fernandes. Se é claro que há elementos do contexto histórico em que escreveu *A revolução burguesa no Brasil* que passaram – basta recordar a grande importância que o sociólogo conferia ao conflito internacional entre Estados Unidos e União Soviética –, isso não impede que chamemos a atenção para a potencialidade do ângulo adotado. Ao contrário, aliás: desde então, o processo de reprodução da sociedade capitalista se globalizou, o que representa não apenas a relativização dos paradigmas nacionais daquilo que Ulrich Beck (2002) chamou de “primeira modernidade”, mas também o reforço dos vínculos entre processos sociais diversos e simultâneos ao redor do planeta.

Está-se indicando, portanto, que a forma como a qual Florestan Fernandes conecta o “local” e o “global” em seu pensamento é uma lição para todos aqueles acostumados a restringir suas análises a microcosmos da sociedade e do Estado brasileiro, como se seus circuitos e curtos-circuitos se explicassem endogenamente. Entre as marcas do pensamento crítico do sociólogo está a sua atenção para como fatores “exógenos” e “endógenos” se retroalimentam e como essas passagens modificam as formas e os conteúdos dos processos em exame.

Essa perspectiva teórica, que se volta para dimensões locais e globais envolvidas nos processos sociais brasileiros, demanda uma ambição intelectual que ultrapassa a rotinização de práticas acadêmicas que se valem apenas da aplicação e do diálogo subordinado com perspectivas prestigiosas em centros internacionais. Como destacam André Botelho e Antonio Brasil Jr., “tensão e desconforto com a sociedade envolvem e com o seu tempo sempre alimentaram a sociologia de Florestan Fernandes. E estão na base de seu projeto de uma sociologia crítica.” (BOTELHO; BRASIL JR, 2020 p. 9). Ou seja,

a “tensão e desconforto” com a sociedade encontra correspondência no plano teórico, no qual se valoriza atenção para o particular e para a “imaginação sociológica”.

Considerações finais: de Florestan Fernandes ao pensamento político e social brasileiro

No exposto anteriormente, meu principal objetivo foi examinar alguns elementos do pensamento de Florestan Fernandes que, penso, são cognitivamente e politicamente instigantes para a reconfiguração de reflexões teóricas e práticas sobre o contexto político brasileiro atual. Para tanto, foi apresentado brevemente alguns aspectos essenciais do conceito de “autocracia burguesa”, do qual se extraiu os traços examinados na seção seguinte: a) a interpretação de Florestan Fernandes sobre o papel histórico da burguesia brasileira no processo de formação e consolidação da sociedade de classes no país; b) os impactos que esse papel acaba tendo na própria instauração do regime democrático no Brasil e c) a maneira como a qual Florestan Fernandes formulou sua “interpretação do Brasil”.

Dito isso, caberia salientar que o sociólogo paulista não esteve sozinho nessa forma de pensar o país. Antecessores, como Caio Prado Jr., e contemporâneos – como Celso Furtado, Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort, Francisco de Oliveira, Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, entre outros – também desenvolveram conceitos e hipóteses instigantes para pensar os impasses da democracia e do desenvolvimento do Brasil a partir de uma perspectiva abrangente, na qual as estruturas e conjunturas do país, foco de preocupação desses intelectuais, eram relacionadas a processos mais amplos. Sabidamente diferentes e polêmicos entre si, esses autores compuseram um momento de desprovincianização das ciências sociais latino-americanas sem que isso representasse adesões acríticas aos modelos estrangeiros.

Além de conectarem dialeticamente o “local” e o “global”, procuraram estabelecer, igualmente de formas muito variadas, os vínculos entre conjunturas e estruturas, entre o passado e o presente. Não concebiam o “passado” como o “presente que passou”; ao contrário, tomavam como objetos problemas contemporâneos,

procurando interpelá-los e ressignificá-los a partir do que havia sido deixado de lado ou marginalizado em reflexões anteriores. Noutros termos: se o passado é condição de possibilidade de compreensão do presente, também necessitamos entender o presente para compreender o passado. Essa tensão constitutiva das reflexões desses autores é uma lição muito produtiva, que pode ser aprofundada por meio do estudo de suas obras e ações, a partir das quais poderemos, para ficarmos apenas num outro elemento, conceber o vínculo inextrincável entre teoria e prática que muitos deles propunham. Suas contribuições podem ser ótimos pontos de partida pois, se o nosso país não é mais exatamente o deles, também não é, ainda, inteiramente outro.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Marco Rodrigo. Morte da democracia virou bordão para atrair imprensa, diz autor. **Folha de São Paulo**, 11 de maio de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/05/morte-da-democracia-virou-bordao-para-atrair-imprensa-diz-autor.shtml> (Acesso em 19 de março de 2021).

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Arremate de uma reflexão: *A revolução burguesa no Brasil* de Florestan Fernandes. **Revista USP**, 1996, São Paulo, n.29, pp. 56-65.

AVRITZER, Leonardo. **O pêndulo da democracia**. São Paulo: Todavia, 2019.

BECK, Ulrich. The Cosmopolitan Society and its enemies. **Theory, Culture & Society**, vol. 1 n.1–2, p. 17–44. 2002.

BELINELLI, Leonardo. Marxismo como crítica da ideologia: um estudo sobre os pensamentos de Fernando Henrique Cardoso e Roberto Schwarz. **Tese (Doutorado em Ciência Política)**. Universidade de São Paulo, 2019.

BRASIL JR., Antonio. Capitalismo dependente: todos os passos de um conceito de Florestan Fernandes. **Blog do Labemus** 3 de agosto de 2017. Disponível em: <https://blogdolabemus.com/2017/08/03/capitalismo-dependente-todos-os-passos-de-um-conceito-de-florestan-fernandes-por-antonio-brasil-jr/> (Acesso em 1 de jun. 2020).

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade**: para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

BOITO JR., Armando. A burguesia brasileira no golpe do impeachment. **Brasil de fato**, 06 de janeiro de 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/01/06/a-burguesia-brasileira-no-golpe-do-impeachment> (Acesso em 24 de janeiro de 2021).

BOITO JR., Armando. **Reforma e crise política no Brasil**: os conflitos de classe nos governos do PT. São Paulo: UNESP, 2018.

BOTELHO, André; BRASIL JR. Antonio. *A Revolução burguesa no Brasil*: cosmopolitismo sociológico e autocracia burguesa. In: FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. São Paulo: Contracorrente, 2020. p. 7-19.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil**. São Paulo: DIFEL, 1972.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Autoritarismo e democratização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

CARVALHO, Laura. **A valsa brasileira**. São Paulo: Todavia, 2018.

DEMOCRACIA brasileira está consolidada e incomoda 'predadores', diz Ayres Britto. **CNN**, 15 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2020/06/15/democracia-brasileira-esta-consolidada-e-incomoda-predadores-diz-ayres-britto> (Acesso em 19 de março de 2021).

COHN, Gabriel. Florestan Fernandes: A revolução burguesa no Brasil. In: MOTTA, Lourenço Dantas (org). **Introdução ao Brasil**: um banquete no trópico (vol.1). São Paulo: SENAC, 1999. p. 395-412.

FERNANDES, Florestan. **Ensaio de sociologia geral e aplicada**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1971.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

FERNANDES, Florestan. Resposta às intervenções: um ensaio de interpretação sociológica crítica. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, 1978, Rio de Janeiro, n.4. p. 200-207.

FERNANDES, Florestan. **A condição de sociólogo**. São Paulo: Hucitec, 1978.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. São Paulo: Globo, 2005.

FERNANDES, Florestan. **Pensamento e ação**: o PT e os rumos do socialismo. São Paulo: Globo, 2006.

FERNANDES, Florestan. **Que tipo de república?** São Paulo: Globo, 2007.

FERNANDES, Florestan. **Apontamentos sobre a 'teoria do autoritarismo'**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

FERNANDES, Florestan. **O que é revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 2019a.

FURTADO, Celso. **A pré-revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. São Paulo: Perseu Abramo/Expressão Popular, 2014.

IANNI, Octavio. **Estado e capitalismo: estrutura social e industrialização no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

LINZ, Juan. Regimes autoritários. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (org). **O Estado autoritário e movimentos populares**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 119-238.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2019.

O'DONNELL, Guillermo. Desenvolvimento político ou mudança política? In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (org). **O Estado autoritário e movimentos populares**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 23-118.

OLIVEIRA, Francisco. Aves de arribação: a migração dos intelectuais. **Lua Nova**, 1985, São Paulo v.2, n.3, p. 202-6.

PERICÁS, Luiz Bernardo (org). **Caminhos da revolução brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2019.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PRADO JR., Caio. **A revolução brasileira/ A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

RICUPERO, Bernardo; BELINELLI, Leonardo. Entrevista – Gabriel Cohn: Florestan e os limites da autocracia burguesa. In: FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. São Paulo: Contracorrente, 2020. p. 359-374.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história filosófica do político. In: ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda, 2010. p. 65-101.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **A democracia impedida: o Brasil no século XXI**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

SCHWARCZ, Lilia. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. São Paulo: Unesp, 2019.

SINGER, André. **O lulismo em crise**: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 1979.

ZANII, Fabio. Democracia não está em risco, mas Brasil vive labirinto político, diz Sarney. **Valor econômico**, 25 de abril de 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/04/25/democracia-no-est-em-risco-mas-brasil-vive-labirinto-politico-diz-sarney.ghtml>

Tramitação do artigo na revista

Submetido: 23/03/2021

Aceito: 25/06/2021